



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0211/13	DATA: 03/04/2013
INÍCIO: 14h48min	TÉRMINO: 16h08min	DURAÇÃO: 01h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h20min	PÁGINAS: 31	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa Econômica Federal — CEF.  
WAGNER DE SIQUEIRA PINTO - Gerente Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil.  
ANA CHRISTINA MORENO MAIA BARBOSA - Chefe do Departamento de Políticas, Articulação e Sustentabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento — BNDES.

SUMÁRIO: Audiência pública com os convidados sobre o tema da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Antônia Lúcia) - Declaro aberta a presente reunião.

Tendo em vista a distribuição de cópias de ata da 24ª reunião a todos os números presentes de membros, indago sobre a necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Eu peço, Sra. Presidente, a dispensa da leitura da ata.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Antônia Lúcia) - Dispensada a leitura da ata, a pedido da Deputada Liliam Sá.

Em discussão a ata. Isso não vai ser possível, porque a nossa Deputada requereu a dispensa da leitura da ata.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Informo que o Deputado João Ananias justifica a sua ausência à presente reunião.

Ordem do Dia.

Audiência pública com os seguintes convidados, a quem convido para tomar assento à mesa: José Carlos Medaglia Filho, Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa Econômica Federal; Wagner de Siqueira Pinto, Gerente-Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil — por favor, tome assento à mesa; Sra. Ana Christina Moreno Maia Barbosa, Chefe do Departamento de Políticas e Articulação e Sustentabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento; Sr. Márcio Zeraik de Souza, Gerente do Departamento de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional e Desenvolvimento.

Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 104, de 2013, de autoria da Deputada Erika Kokay, que na ocasião pediu dispensa porque está na Comissão de Direitos Humanos.

Eu passo a palavra ao Sr. José Carlos Medaglia Filho, por alguns minutos.



**O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO** - Muito boa tarde. Senhoras e senhores presentes, queria cumprimentar a Deputada Erika Kokay e a Deputada Antônia Lúcia, que está presidindo a sessão, e agradecer pelo convite e oportunidade de representar a Caixa Econômica Federal nesta audiência.

Inicialmente, queria manifestar a disposição da Caixa como instituição pública que é, como instituição que representa... Possivelmente é a entidade que mais se envolve com a implantação das políticas públicas neste País.

Queria dizer aos senhores presentes que o tema que nos traz a esta Casa hoje é entendido como de suma importância pela nossa instituição. A Caixa tem atuado como o ente público que mais se aproxima da população e que tem sido capaz de materializar benefícios para essa população que acabam se traduzindo em melhor qualidade de vida, em disponibilização dos serviços públicos, em ampliação da condição de participação desse público de baixa renda na sociedade brasileira. Nessa condição, a Caixa, além de ser o veículo pelo qual os recursos federais acabam materializando benefícios, também se vê como um ente responsável por ter uma atuação, antes de mais nada, ética e voltada para os bons princípios da sociedade.

Nesse particular, quando se fala em supressão de direitos de uma população fragilizada, seja crianças ou outros segmentos da população, para nós esse tema é muito caro. De maneira que, nós estamos atentos e estamos conscientes do nosso papel e da relevância da nossa instituição no trato deste assunto e entendemos como essencial que a nossa atuação seja pautada pelos melhores interesses, de maneira a assegurar que, na aplicação dos recursos públicos, naquilo em que é possível nós atuarmos, nós tenhamos segurança de que nós não tenhamos trabalho escravo e outras coisas do gênero.

Então, eu queria, neste momento, me colocar à disposição, permaneço à disposição para o debate deste tema, e insistir que nos vemos, sim, como um ente absolutamente responsável por esta e outras questões de natureza social.

Existe uma fala do nosso Presidente que coloca que o balanço de uma empresa como a Caixa não se resume a um balanço econômico e financeiro. Fundamentalmente, o balanço de uma instituição como a Caixa está permeado de questões sociais, e nós não fugiremos a este destino.



Queria, neste momento, me colocar à disposição para a continuidade dos debates.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Antônia Lúcia) - Muito obrigada.

Acabamos de ouvir a fala do Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa Econômica Federal.

Passo a palavra para o Sr. Wagner de Siqueira Pinto, Gerente-Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil.

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Obrigado. Eu vou fazer uma breve apresentação.

Na linha do nosso colega da Caixa Econômica Federal, quero evidenciar que a atuação do Banco do Brasil vem ao encontro do que a gente entende como sendo as questões estruturais, ou falta de questões estruturais, que levam à exploração sexual de crianças e adolescentes, esse lamentável fenômeno que ocorre em algumas praças brasileiras que, muitas vezes, acabam recebendo grandes empreendimentos e, por isso, fomos aqui chamados. A gente gostaria, num primeiro momento, de apresentar rapidamente essa postura de apoio direto ao combate à miséria no nosso País, mediante nossos negócios e mediante o estabelecimento de processos internos que buscam mitigar e evitar impactos negativos na sociedade, num ambiente — especificamente na sociedade — como este que comentamos lá no início.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Esta tela representa o caminho que a nossa instituição vem trilhando, com busca ao aprimoramento de processos e negócios, visando não só à geração de valor econômico, mas também à geração de valor social e ambiental.

Então, nesse processo, nessa caminhada, a realização de negócios está necessariamente envolvida com a avaliação de impactos sociais e ambientais da nossa atuação. Essa busca é referenciada necessariamente pela legislação socioambiental brasileira, mas também por pactos nacionais e internacionais que apoiam o aprimoramento dessas práticas. Aí há uma relação deles.

Depois a gente vai deixar esse material à disposição para consulta.



Isso referencia uma série de desencadeamentos na nossa organização, que vão desde o processo de arquitetura de documentos estratégicos, começando com as políticas gerais da nossa organização, políticas específicas, desdobramento em normas operacionais e procedimentos que buscam justamente a conciliação de valores econômicos com valores sociais e ambientais, chegando ao nível do estabelecimento de indicadores no nosso plano estratégico, no nosso plano tático e operacional e, inclusive, na avaliação do comportamento dos nossos funcionários, para que aquilo que é estabelecido em termos de propósitos, de compromissos, se exerça em termos de ação, em termos de tomada de decisão na nossa organização.

Então, especificamente com relação ao tema, a gente vai dividir então a nossa fala em dois eixos: o eixo desses negócios e programas sociais voltados à erradicação da miséria e geração de trabalho e emprego, que entendemos que acabe justamente retirando de situação de risco famílias e, conseqüentemente, crianças e adolescentes, por conta de um processo de emancipação social. E mais à frente, especificamente os condicionantes socioambientais que são aplicados em nossos financiamentos e, particularmente, nos empreendimentos de grande porte.

Nós temos uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável. Ela é voltada justamente para comunidades carentes. Ela tem oito anos, desculpe, dez anos que ela já está fazendo de história. Ela se iniciou em 2013 e hoje conta mais de 1 milhão e 400 mil beneficiários, uma carteira de 15 bilhões de reais aplicados.

O que faz a estratégia de desenvolvimento regional sustentável? A identificação de potenciais em comunidades carentes, potenciais produtivos: artesanato, pecuária leiteira, bovinocultura de leite, etc., que você pode estar trabalhando, pesca. Predominantemente, as atividades se dão em meio rural, e você trabalha com essas comunidades de tal forma a fortalecer aquela cadeia produtiva.

Muitas vezes, uma atividade produtiva incipiente não tem a assistência técnica necessária para o bom acondicionamento do produto ou mesmo o seu beneficiamento, acesso a canais de distribuição, e o banco então atua como articulador desse processo, visando exatamente ao fortalecimento dessa cadeia produtiva. É uma orientação em que nós aplicamos aqui microcrédito produtivo orientado, o Programa Nacional de Agricultura Familiar, o Programa de Geração de Emprego e Renda, programas governamentais, mas de uma forma orientada.



Mas vocês podem verificar que, inclusive, pelo gráfico da inadimplência, justamente essa orientação faz com que a inadimplência de negócios que são realizados com a estratégia de desenvolvimento regional sustentável tenha um valor praticamente pela metade do que é a inadimplência de produtos tradicionais do banco. Esses produtos são também oferecidos. E aí, oferecendo um canal de acesso praticamente em nível mundial na nossa loja da sustentabilidade, que é um canal virtual, então, lá já estão inscritos mais de 40 fornecedores dessas comunidades, com 230 produtos, já foram comprados 16 mil produtos e 265 milhões em compras.

Além disso, também, a exemplo da Caixa Econômica, agente forte da implementação de políticas sociais, aí, nós temos os nossos negócios sociais, o agente do Minha Casa, Minha Vida. Aí os senhores podem acompanhar os volumes: 137 mil unidades financiadas; microcrédito produtivo orientado; mais de 880 milhões já na carteira, com 708 mil operações; o financiamento estudantil; o Programa Nacional de Agricultura Familiar, já tradicional. São exemplos que mostram o protagonismo da nossa instituição, visando a trabalhar com essas questões estruturais da miséria, buscando a emancipação social dessas comunidades via negócios.

Basicamente, em termos de investimento social, nós temos também uma tradição grande na Fundação Banco do Brasil, e aí os senhores também podem observar os valores. Desde 2003 até o presente ano, quase 1 bilhão de reais aplicados em projetos sociais. Só no ano passado, foram quase 200 milhões de reais, foi uma aplicação recorde. E a gente destaca aí o Programa AABB Comunidade, que trabalha justamente com crianças e adolescentes carentes, utilizando os espaços das Associações Atléticas Banco do Brasil em horário contrário ao horário escolar, para exatamente evitar que essas crianças fiquem na rua. Então, nós temos aí, só no ano passado, aplicados nesse programa da AABB Comunidade quase 20 milhões de reais e 52 mil beneficiários em todo o País.

O programa de alfabetização de adultos, que é o BB Educar, também já tradicional do banco; programas de inclusão digital também com recursos da nossa Fundação Banco do Brasil, com mais de 32 mil beneficiários, em que também acreditamos que haja uma colaboração direta para apoiar essas crianças e



adolescentes a saírem da situação de risco, através dos telecentros que são implantados também em todo o País.

O Programa Água para Todos é um desafio enorme em que nós aceitamos implementar em 2 anos mais de 60 mil cisternas no Semiárido, com aplicação de 120 milhões.

Então, esta tela também representa um conjunto de iniciativas de aplicação de investimentos sociais que combatem essas causas estruturais de miséria.

Mais especificamente até sobre o tema, o apoio via fundos da infância e adolescência, o banco já aplicou, entre 2003 e 2012, mais de 48 milhões de reais destinados aos CONANDAS, exatamente para a estruturação dos conselhos tutelares dos direitos da criança e do adolescente, que a gente entende que sejam fatores estruturais para o combate à exploração sexual da criança e do adolescente.

Aí, toda a parte de apoio ao próprio sistema de gestão, a formação dos conselheiros.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Por favor, vou pedir para repetir. Esses 48 milhões em quanto tempo?

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - De 2003 a 2012, nos últimos 9 anos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Ações com o nosso programa de aprendizagem organizacional, que é o Programa Aprendiz, com os adolescentes, e o programa de estágio de estudantes, que também oferece condições únicas de capacitação no ambiente de trabalho para jovens e adolescentes e que também serve para o combate à situação de risco em que se encontram muitas famílias brasileiras por conta da miséria.

Campanhas institucionais.

Essa foi do programa de adolescente.

Especificamente sobre a questão do trabalho infantil e a própria questão da exploração sexual, apoio aos conselhos tutelares.

Frequentemente divulgamos campanhas internas junto aos nossos clientes, junto aos nossos funcionários, junto à comunidade, através dos nossos canais de comunicação, Internet, Intranet, os próprios terminais de autoatendimento, apoiando



campanhas que visem à conscientização da população ao combate à exploração sexual, ao trabalho infantil, ao trabalho forçado, entre outros.

Bem, essa é a parte da abordagem mais ampla da nossa fala que não envolveu diretamente o financiamento de grandes projetos, mas procurou dar uma ideia dessa abordagem mais ampla da organização no combate à miséria e acaba derivando, também, no apoio ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Na próxima parte, a gente vai abordar a questão dos financiamentos.

Como nós comentamos com os senhores, nessa arquitetura de documentos do banco, você tem desde políticas específicas que tratam as questões socioambientais, e elas se desdobram até os normativos internos, e aí há já uma especificação clara com relação a essa questão, a questão da nossa audiência, que é não assumir risco de crédito. Ou seja, uma vez comprovadamente um cliente envolvido com atividades que apresentem restrições legais, prejudique a imagem do banco, ou com má reputação, ou responsável por dano doloso ao meio ambiente, ou trabalho escravo ou degradante, ou exploração sexual de menores, exploração de mão de obra infantil, haverá a restrição de crédito a esse cliente, pessoa física ou pessoa jurídica. Isso é particularmente avançado, e o Banco foi um dos primeiros, provavelmente o primeiro banco, inclusive, a ter adotado isso já em 2004: a vedação a financiamentos novos a pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na exploração de trabalho escravo ou degradante.

Porque nós temos uma lista justamente do Ministério do Trabalho e Emprego que nos apresenta esses CPFs e CNPJs. A partir desses CPFs e CNPJs, é feita uma anotação cadastral e, até que esse CPF ou CNPJ saia da lista, nenhum novo empréstimo vai poder ser oferecido.

Especificamente sobre os grandes projetos, o Banco do Brasil trabalha com esses grandes projetos, creio que a maioria de nós aqui, em operações sindicalizadas, ou seja, envolvendo também os demais bancos brasileiros. O nosso principal referencial, certamente logo após a legislação socioambiental brasileira, são os Princípios do Equador, que é um conjunto de práticas internacionais que salvaguardam as questões sociais e ambientais, entre elas exatamente os impactos nas comunidades decorrentes de grandes obras.



Então, esse processo é realizado através de uma equipe especializada que existe, creio, em cada um de nossos bancos, onde é feita uma avaliação desses impactos. É solicitado ao empreendedor que contrate, isso para as modalidades Project Finance, onde o risco é praticamente do banco e o poder de ingerência do banco é bem maior. É criada exatamente uma sociedade de propósitos específicos para o empreendimento, e é solicitada a contratação de uma consultoria independente e especializada, para avaliar os planos de ação ambiental, os planos de ação social e o acompanhamento da implementação dos projetos de responsabilidade socioambiental daquele empreendimento.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Dr. Wagner.

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Pois não.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Só uma pergunta aqui: essas cláusulas estão nos contratos?

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Estão nos contratos. É especificado exatamente isto: que o empreendedor tem que seguir também os Princípios do Equador, porque a organização financeira é signatária. Esse é o último ponto do eslaide: tanto a questão da obediência aos Princípios do Equador, quanto o vencimento antecipado da operação, caso não se chegue... Uma vez detectada uma falha, uma vez detectada uma deficiência, se entra em contato com esse administrador, em conjunto com a consultoria técnica especializada e independente contratada, e vai-se buscar o ajuste, a correção do processo. Se se chegar a um determinado momento em que não haja resposta adequada, pode-se solicitar o vencimento antecipado da operação. Isso também é previsto em contrato.

Com relação especificamente aos Princípios do Equador, há uma questão que tange exatamente o ponto de exploração sexual de crianças e adolescentes e até a própria exploração sexual como um todo, que está no Padrão de Desempenho 4, que trata da saúde e segurança da comunidade. Então, são medidas definidas justamente para que os empreendedores evitem ou minimizem impactos associados ao fluxo de trabalhadores temporários, como a prevenção da exploração sexual de mulheres e crianças.

Essas medidas constam dos planos de ação socioambiental. E aí nós temos, basicamente, desses planos socioambientais, duas frentes, duas pernas. Uma frente



é com o trabalhador, e a ideia é você trabalhar — aí nessas duas últimas linhas — com programas de orientação, com código de conduta, e, eventualmente, até fazer uma relação do código de conduta com o contrato de trabalho daquele operário, para que, se eventualmente ele estiver infringindo aquilo que foi estabelecido como a conduta adequada, o contrato de trabalho possa ser rompido; programas de qualificação, inclusive, buscando dar preferência à mão de obra local, evitando o fluxo temporário de trabalhadores; equipamentos de atividades comunitárias e de lazer para aquele grupo de trabalhadores e que se estabeleçam também visitas periódicas às famílias. Este acaba sendo, assim, um conjunto básico de procedimentos que são definidos em financiamentos dessa natureza. Medidas de apoio à comunidade também o são.

E aí há todo um compromisso que o empreendedor vai ter que tomar com aquela comunidade, para que sejam financiados programas de combate a esse tipo de exploração, campanhas de orientação à saúde, apoio à estruturação de equipamentos de Estado, visando dar conta daquele fluxo de trabalhadores que chegam, que é atípico para aquela região.

Então, isso consta tanto dos instrumentos de contrato, quanto de planos específicos, que são acompanhados pelo empreendedor e por essa consultoria técnica especializada. O que chega a nós, lembrando sempre que o banco não tem poder de polícia, mas vai estar buscando. Então, ele não tem como obrigar nem Estado nem empreendedor. Nossos limites estão naquilo que está estabelecido em contrato. Mas a gente vai estar sempre buscando, a partir da prestação de contas dos relatórios socioambientais, e estar realizando os ajustes que porventura se façam necessários.

Esse acompanhamento se dá de forma sistemática, ou semestralmente ou trimestralmente, dependendo do estágio da obra. E esses relatos são avaliados também com o apoio da consultoria independente, realizando ajustes ou correção que se faça necessária.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Então, existe uma fiscalização nesse sentido, não é?

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Existe um acompanhamento da aplicação do plano socioambiental que é definido no momento da obtenção do



licenciamento ambiental e da própria contratação. Muitas vezes, o estudo de impacto ambiental não tem tudo aquilo que os Princípios do Equador solicitam. Requerimentos novos, então, são realizados, e todos esses requerimentos são estabelecidos em nível de contrato.

Esse acompanhamento é feito posteriormente e sistematicamente pela instituição, junto com essa consultoria independente que foi contratada. Lembrando sempre que estamos em um sindicato de bancos e que também todos esses procedimentos se dão de forma comum, são grandes empreendimentos que exigem um grande aporte de recursos financeiros para a sua realização.

Então, é isso que a gente gostaria de apresentar aos senhores.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas nesse caso, Dr. Wagner, nesse caso, há o acompanhamento, mas na nossa CPI nós estamos investigando aquele caso de Belo Monte.

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Perfeito.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Nesse sentido, ontem estiveram aqui os financiadores do projeto e estavam falando no sentido de que eles fazem uma promoção e campanhas de combate à exploração sexual e também fazem internamente com os seus funcionários um trabalho nesse sentido. Aqui vocês estão esclarecendo que é uma cláusula do contrato que vocês têm com eles. Mas isso não chega...

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Só esclarecendo que o Banco do Brasil não financia Belo Monte.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Não, não. Eles que financiaram, das grandes obras. Estavam falando aqui.

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Ah, sim.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Nesse sentido, eu quero saber de vocês se, nesses contratos que vocês fizeram, vocês já sentiram que existe uma quebra nesse sentido, uma omissão até das empresas nesse sentido? Vocês têm acompanhado? Já fizeram um estudo nesse sentido?

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Todo processo que se estabelece não é um processo perfeito. Isso eu estou falando em linhas gerais e também com



relação a esse tema. E não estou falando de Belo Monte, eu não tenho conhecimento, porque nós não financiamos Belo Monte, só para deixar claro.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Não, porque nós chamamos aqui, são das obras do PAC...

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Não, só para esclarecer.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Eu só estou passando para vocês o que ontem foi falado aqui.

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Entendi.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - No sentido dos contratos.

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Dos contratos em geral.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Dos contratos em geral. Está bem?

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Perfeito.

Com relação às obras que financiamos, esse acompanhamento socioambiental existe exatamente para fazer esses ajustes. Então, se é identificado algum problema, se surge uma denúncia, se surge...

Um ponto muito importante que eu acabei me esquecendo de frisar aqui, um dos requerimentos que fazemos é exatamente o estabelecimento de sistemas de queixa pública pelo empreendedor. Ele tem que estar colocando um sistema desses à disposição da sociedade.

Então, a partir de denúncias ou a partir de problemas que surjam na imprensa, você pode questionar o empreendedor, questionar até a consultoria que foi contratada com relação àquele aspecto em específico. Se as justificativas não forem suficientes para mostrar uma conformidade com o que se estabeleceu no âmbito da contratação, você pode solicitar o ajuste, e aí se faz um plano para se ajustar o processo.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Porque nas obras do PAC, principalmente, nós já tivemos muitas denúncias nesse sentido, de que o entorno, de que as obras trouxeram impacto social e aumentou o abuso sexual, o abuso sexual. Isso é em todo o Brasil.

Então, nós gostaríamos de saber se vocês têm algum estudo desses impactos, os prejuízos e os ganhos que trazem as grandes obras nesse sentido, e



se vocês estão tendo um acompanhamento para que não haja a quebra desses contratos.

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - O acompanhamento é feito exatamente dessa forma, com essas sistemáticas. Essas salvaguardas e esse acompanhamento existem justamente por conta dos impactos de grandes obras.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Os canteiros de obras no entorno.

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Há efeitos colaterais no financiamento. Eles são previstos inclusive em nível mundial. Na hora em que você adere aos Princípios do Equador, ali existe um conjunto de salvaguardas que foram construídas justamente mediante consultas públicas, o trabalho feito por especialistas, e que já auxiliam a prever impactos dessa natureza, estabelecendo, no âmbito ainda da contratação, um plano de ação que possa fazer frente a esses impactos e buscar mitigá-los. É um processo que cabe ao empreendedor, que cabe à sociedade, que cabe à comunidade, que cabe ao Governo. Então, o que os bancos fazem a esse respeito é justamente buscar antever esses impactos e que as medidas mitigatórias se façam presentes nos planos de ação. O acompanhamento se dá posteriormente, e, aí, se eventualmente aquilo que era esperado — evitar o impacto indesejado de uma grande obra como essa — acabar não acontecendo, é solicitada a correção, um ajuste, que também não é uma questão... Todo esse processo é um processo muito complexo. Então, as medidas...

Nós estamos falando também de causas estruturais que levam a essa questão da exploração sexual de criança e adolescente, onde a miséria é um fator principal, creio eu. Então, nós estamos num tabuleiro onde há essas peças que você vai ter que lidar, e, por isso, é um trabalho que tem que ser necessariamente feito em conjunto com empreendedor, sociedade, etc..

Do ponto de vista do financiamento e do acompanhamento, esse acompanhamento existe justamente para fazer frente a um não cumprimento daquilo que era desejado em termos de evitar riscos dessa natureza. Então, se porventura há um aumento desse tipo de exploração, se se evidencia isso através do sistema de saúde, se há queixas e há denúncias, certamente o financiador vai conversar



com o empreendedor, com a consultoria técnica e buscar soluções em conjunto para que aquele problema seja sanado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Antônia Lúcia) - Obrigada, doutor.

Acabamos de ouvir esclarecimentos do Dr. Wagner de Siqueira Pinto, Gerente Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil.

Agora passo a palavra à Sra. Ana Christina Moreno Maia Barbosa, Chefe de Desenvolvimento de Políticas Públicas, Articulação e Sustentabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento.

**A SRA. ANA CHRISTINA MORENO MAIA BARBOSA** - Boa tarde à Mesa, boa tarde a todos. O Banco também agradece a oportunidade de prestar os esclarecimentos, e reiteramos a total disponibilidade para qualquer pergunta que venha suceder a minha fala inicial.

A minha fala inicial, eu vou procurar inclusive ser um pouco breve, porque ela é muito semelhante à fala do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. O BNDES também, desde 1995, junto com outros bancos federais — a Caixa e o Banco do Brasil, inclusive —, foi pioneiro na questão do Protocolo Verde, que foi reiterado agora em 2008 numa nova versão, já acrescentando mais fortemente a variável social na questão da responsabilidade social e ambiental das instituições financeiras. O Banco conta também com uma política de responsabilidade social e ambiental, conta com um conjunto de procedimentos e práticas especificamente voltadas para a identificação dos projetos de maior impacto social e ambiental. A gente trabalha com uma classificação. A partir dessa classificação, os projetos seguem um determinado rito, um determinado trâmite no BNDES.

Eu destacaria em especial a questão das cláusulas sociais e de trabalho, que já foram mencionadas aqui pelos colegas. Inclusive isso é uma legislação federal, então as instituições financeiras consultam a lista de trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego. Nós mantemos cláusulas nos contratos prévias à contratação e também durante a contratação, inclusive podendo chegar ao vencimento antecipado da operação financeira se for constatado algum problema e ele não puder ter sido sanado ou ter chegado a um acordo.

E o Banco também financia os projetos integralmente. O que significa isso? Todas as medidas mitigadoras previstas no licenciamento ambiental ou requeridas



pela sociedade de forma formal fazem parte do financiamento. Então, nós acompanhamos o projeto não só nas suas obras, entregas, etc., mas também no cumprimento de tudo aquilo que está estabelecido, seja pelo IBAMA, seja por um órgão estadual de meio ambiente, seja mesmo por um Termo de Ajustamento de Conduta firmado junto ao Ministério Público ou a outro órgão competente para tal.

Além do financiamento aos projetos e dessas cláusulas sociais ambientais obrigatórias, o Banco disponibiliza às empresas uma linha de financiamentos que se chama Linha de Investimento Social das Empresas. Essa linha é uma linha adicional ao financiamento destinada àquelas empresas que têm um grande compromisso com as questões sociais e que queiram avançar nisso e invistam adicionalmente no território. Inclusive temos alguns exemplos de investimentos que se voltam para a questão do abuso sexual e de trabalho das crianças, porque naqueles lugares isso é uma questão importante. Então, o Banco tem um conjunto de instrumentos administrativos, contratuais, de linhas de apoio, para poder contribuir para a mitigação, prevenção ou mesmo eliminação, que é um sonho de todos nós, de tamanha mazela social que o Brasil tem nesse sentido.

Há outro ponto que eu gostaria de destacar, passando depois à questão das perguntas e do debate. O Banco também financia, e tem parceria nisso com a Caixa, com o próprio Banco do Brasil, que também são repassadores de recursos, programas de modernização de gestão das administrações públicas. Eu menciono isso porque as redes de atenção à criança e ao adolescente, os Conselhos Tutelares, os Conselhos da Criança e do Adolescente precisam estar fortalecidos junto às Secretarias Estaduais de Assistência Social, Secretarias Municipais, junto à polícia, junto ao Poder Judiciário. Então, o Banco tem uma linha de financiamento voltada à modernização de gestão que também pega, além da questão tributária e financeira, a questão da gestão dos serviços sociais básicos: saúde, educação e assistência social.

Então, assim, de forma breve, só reiterando o compromisso do Banco, para não ficar um pouco repetitivo em relação ao que já foi colocado pelos demais colegas, que é tudo muito similar, estamos aqui à disposição para qualquer outro esclarecimento julgado necessário.

Obrigada.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Antônia Lúcia) - Agradecemos a palavra.

Eu vou passar a palavra agora para a nossa Relatora, Deputada Liliam Sá.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - É muito importante... Eu quero parabenizar aqui hoje os nossos convidados, nesta tarde, por poder levar essas informações até a sociedade. Às vezes, ficam muito distantes da população esses esclarecimentos.

Nós estamos aqui fazendo uma sindicância do que aconteceu no caso de Belo Monte e aproveitamos também para expandir com as grandes obras, porque a nossa preocupação é com a Copa do Mundo, com o PAC, e nós sabemos que com esses eventos sempre acontece um aumento populacional naquela área.

Então, nós sabemos que existe um impacto significativo tanto na vida das famílias atingidas pelo desenvolvimento em questão... Nas famílias que sofrem desapropriações, há um impacto tanto social quanto ambiental.

Em Altamira, de 100 mil habitantes passou para quase 150 mil. E ontem nós ouvimos aqui que a maioria dos trabalhadores que foram para Altamira — a maioria — é de solteiros. Isso aí é uma grande preocupação nossa. E os casados vão para casa — aqueles que moram longe — de 3 em 3 meses. Isso faz com que as nossas crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade... Elas ficam à mercê desses predadores de sexo, né?

Nós sabemos que com isso crescem também os problemas sociais, os déficits de serviço público, saúde, educação. Em Altamira, particularmente, falando aqui para o BNDES, que é um dos financiadores, já há um histórico de violação de direitos das crianças e adolescentes no sentido da omissão do poder público nessas questões.

Então, eu coloco para a Mesa, nesse caso que aconteceu principalmente, uma pergunta para a Dra. Ana Christina Maia Barbosa. No caso de Belo Monte, que foi a Norte Energia, houve quebra desse contrato nesse sentido de que as denúncias vieram, de que estariam as crianças expostas a esse tipo de situação de...? Vamos dizer assim, situação... Porque ali há vários pontos de vulnerabilidade, não é? E o impacto nesse sentido... Se houve alguma convivência da empresa e se vocês tiveram conta disso, no sentido de fazer uma fiscalização, de cobrar delas um envolvimento maior nessas questões do combate ao abuso sexual, à exploração



sexual de crianças e adolescentes. E gostaria de saber de vocês em que tipo de ações concretas vocês estão trabalhando para minimizar esse impacto — o impacto das grandes obras — e evitar a violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

**A SRA. ANA CHRISTINA MORENO MAIA BARBOSA** - Bom, Belo Monte é um projeto financiado pelo BNDES. É um projeto muito grande. É um dos maiores projetos dos últimos tempos no País. Ele tem um conjunto enorme de impactos sociais e ambientais que foram identificados no processo de licenciamento ambiental. A parte destinada, do investimento, à mitigação e prevenção desses impactos é algo em torno de 2 bilhões e 500 milhões de reais. É um projeto grande. Só a parte social e ambiental já é um projeto gigantesco. A região já tem — até foi um comentário do colega do Banco do Brasil —, ela já vinha com alguns problemas estruturais nesse sentido. As obras, quando chegam nessas regiões, o que acontece? Como a Deputada já falou, há um aumento rápido do contingente populacional, seja ligado diretamente à obra, seja atraído por uma nova dinâmica econômica que aquela obra traz para a região. Nem todos que são atraídos para a região são ligados diretamente às obras, propriamente ditas, da usina.

Eu aproveito até para fazer um esclarecimento. Uma das orientações que a gente vem discutindo com os empreendedores e com a NESAs, em particular, é a orientação de fazer ações anteriores ao início das obras, no sentido de qualificar trabalhadores locais para aumentar o percentual de trabalhadores contratados na própria região, minimizando a questão de não ter vínculo familiar, não ter vínculo com o local, estar distante da família, da esposa, etc. Isso foi feito em Belo Monte. Agora, Belo Monte realmente é um... São 6 mil trabalhadores diretamente nos 4 sítios da obra. Então, realmente é uma coisa gigantesca. É importante... O Banco acompanha, eu diria que semanalmente, tudo que acontece na obra, seja diretamente com a empresa, seja diretamente pelo Governo do Estado, seja diretamente através do canal de ouvidoria do Banco. Nós recebemos denúncias, então, referimo-nos à empresa para apurar o que está acontecendo: se é verdade ou não, se está sendo tomado algum tipo de providência. E, Belo Monte, por essa magnitude toda, foi selecionado, dentro da Política Nacional de Desenvolvimento



Regional do Governo Federal, como um dos casos a ser trabalhado no âmbito de desenvolvimento de território.

A região conta com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, o PDRS Xingu. Há uma câmara técnica instalada. São 30 membros, sendo 15 do Governo — são 5 do Governo Federal, 5 do Governo Estadual, 5 do poder público municipal — e mais 15 representantes da sociedade. Um deles é o representante da empresa. Esse comitê está organizado em câmaras técnicas e vai discutir e priorizar ações voltadas para o desenvolvimento da região, desenvolvimento econômico, ambiental e social, inclusive questões como essas que estão sendo apontadas.

No leilão de Belo Monte — foi a primeira usina — houve uma obrigação colocada pela ANEEL, pela agência reguladora que faz o leilão, de, além do montante destinado à mitigação dos impactos no projeto, 500 milhões adicionais serem aplicados em investimentos na região, decidido nesse comitê gestor.

Então, eu faço esse esclarecimento aqui porque eu acho que é uma oportunidade de ouro de a sociedade se mobilizar, e os governos, as ONGs, etc. apresentarem projetos e propostas para o uso desses recursos, voltados, por exemplo, a essa questão. São várias! Essa é uma das questões, mas é uma das mais agudas e das mais inadmissíveis com a qual a sociedade brasileira lida. Então, eu acho que é uma oportunidade, a gente tem esse mecanismo, justamente por reconhecer que é um projeto de grande impacto, que vai requerer uma grande mobilização de todos, não só da empresa, mas do Governo Estadual, do Governo Federal, como já vem sendo feita.

O Banco está financiando, como eu falei, não só os bilhões das medidas obrigatórias do licenciamento ambiental feito pelo IBAMA — houve um conjunto de audiências públicas em que a sociedade também se manifestou sobre quais eram as questões relevantes —, mas também, desses 500 milhões, 250 milhões, que são a obrigação da empresa durante o período da obra, quando o financiamento está existindo. Os outros 250 serão após a implantação e funcionamento da usina; será uma obrigação que a empresa vai arcar a partir do fluxo de caixa e da geração de receitas do projeto.



Isso é o que a gente tem feito hoje, acompanhando o Plano Básico Ambiental, tendo lá um fórum de discussão instalado. Adicionalmente, o que acontece normalmente com os planos de desenvolvimento, ainda mais em regiões de grande dimensão territorial e com conflitos preexistentes e problemas estruturais? Às vezes os planos não saem do papel.

Então, preocupado com isso, o BNDES fez uma chamada pública no ano passado. Essa chamada pública foi para a seleção de uma consultoria que vai, junto com o comitê técnico do PDRS Xingu, transformar esse plano numa agenda de desenvolvimento para o território. Isso está em tramitação. A previsão é que, até maio, a gente assine o contrato com essa consultoria, que já está em processo final de seleção, para poder apoiar esse comitê e de fato transformar aquilo que é desejo, vontade e possibilidade em ações concretas.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) – Dra. Ana, no caso da Norte Energia, a senhora acha que ela não teve nenhum tipo de quebra de contrato...? Porque ela não cumpriu. Há denúncias de que ela teria que cumprir uma meta em 11 Municípios e não cumpriu, na questão do impacto social. Eu gostaria de saber se houve a quebra dessa cláusula de vocês e se, nessa questão de Belo Monte, vocês investigaram, fizeram um estudo.

**A SRA. ANA CHRISTINA MORENO MAIA BARBOSA** - Em relação ao cumprimento das obrigações, o que nós fazemos é recorrer ao órgão responsável pela fiscalização que tem a palavra final quanto ao cumprimento ou não daquilo que está estabelecido.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E vocês recorreram?

**A SRA. ANA CHRISTINA MORENO MAIA BARBOSA** - Sim, até o momento não houve... Até o momento, pode ser que venha a haver...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Qual é o órgão?

**A SRA. ANA CHRISTINA MORENO MAIA BARBOSA** - Nós temos o IBAMA. Também temos diálogo com o Ministério Público, que está lá acompanhando, que faz as denúncias, etc.

Então, até o momento não houve, não foi considerado que houve quebra do cumprimento. O que houve, já aqui antecipando, foi atraso em alguns cumprimentos que foram repactuados. Então, para o BNDES — e acredito que para todas as



instituições financeiras —, vamos chamar assim, a inadimplência contratual se dá quando não há um encaminhamento do problema.

Atrasos de fato estão havendo, agora esses atrasos têm justificativas e estão sendo tomadas providências. Portanto, o órgão responsável pela fiscalização e por dar a última palavra em relação à quebra ou não do compromisso considera que, repactuando, a empresa está em dia com as obrigações. O Banco acompanha dessa forma.

Nós não fazemos a fiscalização direta das medidas. Não é nossa competência nem técnica nem de atribuição legal. Então, fazemos todo esse acompanhamento, Deputada, através da consulta aos órgãos competentes e sempre solicitando esclarecimento às empresas.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Há mais alguma coisa que vocês queriam acrescentar? Por gentileza, Doutor. Pois não.

**O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO** - Eu queria só dar uma contribuição de maneira talvez a nivelar exatamente qual é o papel dos agentes financeiros, seja nas grandes obras, seja nas de menor porte. Falo da Caixa Econômica Federal porque nós atuamos em todas as gamas, desde investimento em Municípios até em grandes obras, participando dos consórcios.

A contribuição do agente financeiro nessas grandes obras com relação a impactos socioambientais está muito ligada, Deputadas, a um plano de mitigação desses impactos que é apresentado no início do empreendimento, seja pelo empreendedor privado, seja pelo poder público local, Prefeitura e Estado. A nossa atuação, como disse a Dra. Ana Christina, está muito ligada a assegurar que aquele plano seja implementado.

A contribuição que eu queria dar aqui na Comissão é dos limites que esse processo possui. Nós percebemos, nos últimos anos, um crescimento do alcance dessas medidas muito importante. Nós começamos, há talvez 10 anos, muito com o enfoque de mitigação de impactos ambientais. Mais recentemente, avançamos para os impactos sociais, para o contingente de pessoas deslocadas para aquela localidade. Evoluímos, acho que todos nós, dos três bancos, muito na linha do desenvolvimento regional sustentável, resultante desses grandes investimentos, porque, de fato, o momento que nós vivemos é um momento de muito investimento.



Agora, o que nós percebemos é que o fato de nós termos obrigações contratuais, um plano de mitigação desses efeitos e recursos alocados para isso — o que eu acho que é o que, talvez no cenário atual, mais o agente financeiro possa contribuir — não tem o condão de eliminar a possibilidade dessas ocorrências. É o que nós percebemos.

Então, nós entendemos que houve um avanço muito grande. Isso precisa ter continuidade. Precisamos alocar cada vez mais recursos para isso. Agora, isso está sendo feito, e o que nós observamos é que o alcance disso tem um certo limite. O que se avizinha em um cenário daqui para o futuro? A necessidade de nós trazermos com mais eficiência a atuação do poder público local. O que nós vemos é uma lacuna que se estabelece entre quem detém o poder de polícia, quem detém a capacidade de fazer um trabalho social efetivo, com determinadas populações. Nós, por exemplo, nos investimentos do Minha Casa, Minha Vida e do PAC, temos um recurso já disponível para que o poder público local utilize. Nos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, 2% daquele valor do investimento está à disposição do Município para ele mobilizar as suas estruturas, para colocar a favor disso. O que nós percebemos é que talvez aí esteja o campo onde nós precisamos progredir mais.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - É aonde nós queremos chegar. De repente, precisaria de um pacto social para garantir os direitos da população local, o fortalecimento do sistema de garantias das crianças e adolescentes, com envolvimento do Conselho Tutelar, Ministério Público, as Varas da Infância.

**O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO** - Sem dúvida. O que nós percebemos é que, de toda esta cadeia, parece-me que ainda há uma fragilidade maior no poder público local.

Vou só dar o testemunho de um exemplo. Nós hoje temos talvez o maior empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Norte, em Manaus. Nós temos muita dificuldade de empresas e prestadores de serviço especializados em fazer trabalho social. Nós temos também em Manaus um empreendimento do PAC, em que hoje nós estamos com dificuldade de desembolsar a obra porque nós atrelamos o desembolso da obra à execução do trabalho social por parte da Prefeitura e percebemos que há um descasamento



desse cronograma. A obra avança, e aquilo que competia à Prefeitura, embora ela tenha recurso disponível, não tem acompanhado. Aí chegamos a esses pontos...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Falta mão de obra?

**O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO** - Falta gente especializada. Falta experiência para tocar isso. Parece-me que esse ainda é um mercado, digamos, de prestadores de serviço muito incipiente e que nós precisaríamos criar mecanismos de desenvolvimento para esse mercado potencial, vamos chamar assim, porque o País se desenvolveu muito do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista de mobilização para execução de obras, mas nós temos um *gap* importante na área social de prestadores de serviço.

Essa é a contribuição que eu acho importante dar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Antônia Lúcia) - Obrigada.

Sr. Wagner de Siqueira Pinto, o senhor quer colocar as considerações?

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Basicamente, o que a gente teria para apresentar foi apresentado aqui nos eslaides. Os cuidados socioambientais, como foi falado aqui por todos, todo o processo é muito complexo. Ele necessita, necessariamente, de recursos, de competências, de habilidades dos diversos atores envolvidos.

Então, o referendo que foi colocado aqui pelo colega da Caixa... A questão do banco se define, e a gente comentou isso também na nossa fala, a partir desse plano básico ambiental, onde são definidos compromissos e comprometimentos de medidas a serem adotadas para se evitarem riscos de diversas naturezas, por decorrência de grandes empreendimentos. Então, o que nos cabe e o que está ao nosso alcance é exatamente o acompanhamento adequado da implementação desses planos. Na eventualidade do não cumprimento, sempre se estão buscando formas de se alcançar essa conformidade, através dos instrumentos legais que estão à nossa disposição, como é o contrato. Mas o que se busca não é o rompimento contratual, o que se busca é justamente a conformidade e a efetiva implementação dos planos definidos ao tempo da contratação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra para Ana Christina Moreno Maia Barbosa, Chefe do Departamento de Políticas, Articulação e Sustentabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento.



**A SRA. ANA CHRISTINA MORENO MAIA BARBOSA** - Obrigada.

A título de considerações finais, eu queria só sublinhar o que a Deputada Liliam falou e os colegas também. Acho que um trabalho voltado ao fortalecimento do sistema de garantias, seja ele de âmbito local ou regional, é fundamental para a gente conseguir canalizar os esforços, seja do financiador, do empreendedor ou da sociedade, para dar mais efetividade às ações de combate e prevenção a esse tipo de crime, de abuso e de trabalho infantil.

Então, o banco, de novo, está à disposição, financiando tanto o empreendedor quanto o setor público e até mesmo outras entidades, se houver um projeto montado, através de suas linhas de financiamento. Coloco-nos novamente à disposição para contribuir.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Pergunto aos expositores se querem fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Então, eu queria apenas explicar que nós estamos em uma linha de atuação na Comissão Parlamentar de Inquérito da exploração do turismo sexual na perspectiva de discutirmos o impacto das grandes obras no recrudescimento da exploração sexual e, de uma forma mais ampla, na violação dos direitos humanos, dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Nós já tivemos aqui a presença para uma audiência pública de uma representante do Movimento dos Atingidos por Barragens. Tivemos também a presença da representante do Conselho Tutelar da região nas proximidades de Belo Monte. Tivemos ontem a presença dos representantes do consórcio e da própria construtora de Belo Monte, para que nós possamos trabalhar na construção de marcos legais que assegurem que nós não teremos, no rastro da realização das grandes obras, um rastro de violação de direitos.

Os dados que temos são extremamente preocupantes, tanto do ponto de vista do aumento dos casos de violência sexual, de gravidez na adolescência, de estupros. Nós temos aumento de mais de 200% dos casos de estupro em algumas regiões, em função da realização das grandes obras.

São obras que duplicam ou triplicam o número de habitantes. Provocam, inclusive, inflação por demanda, porque se criam, se destroem, se fragilizam ou se



estremecem vínculos que são absolutamente fundamentais para o sentimento de pertencimento e para que crianças e adolescentes se sintam protegidos. E essas obras mudam a formatação das próprias cidades, estabelecem outras prioridades. Nós constatamos que elas provocam a migração das rotas. As rotas de exploração sexual migram.

Por exemplo, no caso das proximidades de Belo Monte, no Município de Altamira, havia apenas uma casa de profissionais de sexo, que se transformou em sete casas. Ou seja, houve um aumento de oferta desse tipo de serviço. Recentemente, a Polícia Federal desbaratou uma dessas casas, e ali foi encontrada situação de exploração sexual de adolescentes.

Então, portanto, isso é fato. Nós não estamos discutindo aqui se as obras permitem ou não, se possibilitam ou não ou recrudescimento. Têm possibilitado. Todos os dados da Plataforma DHESCA, dados dos Conselhos Tutelares, dados do próprio poder público, do Ministério Público têm possibilitado um recrudescimento da violação de direitos e da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nós sabemos que as instituições que financiam essas obras não são responsáveis por isso. Mas nós sabemos que elas têm que ter a responsabilidade de, reconhecendo o diagnóstico, que é um diagnóstico de desumanização... E este País tem histórias, lacunas de desumanização que persistem, porque nós não conseguimos fazer o luto ou fechar o ciclo nem do colonialismo nem da escravidão nem da ditadura, que são períodos e processos de profunda desumanização. E a exploração sexual é uma desumanização e ela representa a construção de uma cadeia de vitimização. A vitimização pela pobreza leva as meninas e meninos à situação de exploração, de abrirem mão de seus próprios direitos sexuais, do seu próprio corpo, da sua sexualidade, que não é a sexualidade do adulto, ela tem uma fase muito própria, a sexualidade das crianças e dos adolescentes. E depois, a fala dessas meninas e meninos não é reconhecida e, muitas vezes, não é reconhecida a violação de direitos.

Nós ficamos muito assustados ontem com o representante do consórcio e da construtora, porque nos parece que eles não têm compreensão disso, embora tenham boa vontade, sensibilidade, mas não têm compreensão.



Por isso, nós estamos aqui para dizer que nós vamos trabalhar na construção de mecanismos que possam assegurar que os financiamentos tenham a responsabilidade com a proteção das crianças e dos adolescentes.

Portanto, nós sabemos o poder que têm as linhas de crédito, têm muito poder. E sabemos que experiências que foram desenvolvidas pelo próprio Banco do Brasil, experiências que já foram desenvolvidas pelos bancos públicos apontam para a diminuição do nível de desmatamento, a partir do crédito, condicionantes que estabelecem condições para assegurar que nós estejamos dentro de um marco civilizatório e não abaixo desse marco civilizatório. Nós estamos discutindo aqui coisa alguma, estamos discutindo civilidade, ou seja, se estamos ou não dentro de um marco civilizatório de respeito às nossas crianças e adolescentes. O crédito, o financiamento, não pode analisar apenas um aspecto e inviabilizar as pessoas, não pode inviabilizar as pessoas, nem inviabilizar nossas meninas e meninos.

Então, portanto, o que nós queremos é a contribuição das instituições financeiras públicas, que são fundamentais, porque fundamental é o crédito, crédito revolucionaria. O financiamento é absolutamente fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento nacional, mas nós queremos trabalhar na construção de condicionantes para os financiamentos que passem por estruturas mínimas de proteção.

Nós estivemos ontem aqui com as empresas, e eles falavam muito do atendimento às necessidades dos trabalhadores e das trabalhadoras, que são minoritárias, 12% e, no caso de Belo Monte, mas eles diziam das estruturas de lazer, das estruturas de atenção à saúde e outras estruturas que são construídas para poder minimizar o sofrimento dessas pessoas que saem das suas próprias relações familiares e comunitárias e vão participar de empreendimentos desse porte. Mas é preciso que haja diálogo com a sociedade. É preciso que, inclusive, haja a estruturação de mapas de vulnerabilidade.

Penso que nós não poderíamos financiar. São recursos do povo brasileiro. Eu sou funcionária da Caixa Econômica. Sou funcionária com muito orgulho. Carrego com muito orgulho a minha condição de ser bancária, a minha condição de ter ajudado a construir a permanência da Caixa enquanto banco público. Várias vezes vesti o ocre e o azul, como vesti também o ouro do Banco do Brasil, para dizer que



esses bancos fazem parte do povo brasileiro, do povo brasileiro. São patrimônios do povo brasileiro que ajudam a construção da cultura inclusive do povo brasileiro. É muito mais do que isso. Tanto o Banco do Brasil quanto a Caixa e o próprio BNDES fazem parte da cultura, da construção de uma cultura do povo brasileiro. E nós não podemos ter esses bancos financiando obras que têm esse nível de impacto nos direitos de nossas meninas e meninos.

Então, o que nós estamos sugerindo é que sejam construídos mapas de vulnerabilidade, que esses mapas de vulnerabilidade possam ensejar ações e condicionantes que possam proteger mais as crianças ou romper a vulnerabilidade e a situação de iminência de violação de direitos e que nós possamos ter esse acompanhamento, acompanhamento permanente, não apenas um acompanhamento, o acompanhamento na instalação da própria obra.

Vejam que nós temos um rigor no Brasil com relação à legislação ambiental, mas não temos o mesmo rigor com relação à legislação de proteção das crianças, de proteção dos seres humanos. Quer dizer, o licenciamento é socioambiental, mas o ambiental... Não estamos dizendo que há problema nisso. O problema não é que nós tenhamos esse nível de detalhamento ou esse nível de preocupação e um nível mais elevado de fiscalização das questões dos impactos ambientais, é que nós não temos a mesma intensidade no desenvolvimento social. Então, nós queremos trabalhar com um licenciamento que seja social e que seja ambiental.

Então, eu solicito às instituições que entendam a importância delas. O BNDES é o financiador do desenvolvimento social, o financiador. Eu fico muitas vezes pensando que se dizia que, com a privatização, nós teríamos investimentos no Brasil de grande monta das instituições privadas. E penso que o grande investimento que há no Brasil ainda é o investimento público, não obstante nós termos a privatização que nós tivemos, seja das instituições, do BNDES, particularmente, mas também da Caixa Econômica e do Banco do Brasil.

Então, eu gostaria de perguntar aos representantes das instituições se é possível na CPI construirmos um grupo de trabalho para nos debruçarmos sobre isso, para que pudéssemos ter um representante do BNDES, um representante da Caixa, um representante do Banco do Brasil, com o objetivo muito focado e muito



específico, com o objetivo de pensar condicionantes, pensar estruturas que pudessem mudar esse quadro, que é um quadro que muito nos dói.

Nós queremos o desenvolvimento energético do Brasil. Nós queremos isso. Nós queremos o Brasil, e sua potencialidade energética cresceu menos do que sua própria riqueza. Nós precisamos de infraestrutura.

Acho que a Presidenta Dilma Rousseff tem uma qualidade que é consequência inclusive dos 8 anos de Governo Luiz Inácio Lula da Silva, uma qualidade de estar trabalhando a competitividade, a infraestrutura necessária para que possamos ter um País em níveis de competitividade que possa fazer uma disputa no mercado internacional. Então, nós louvamos tudo isso. Entretanto, nós temos uma preocupação: que isso não deixe esse rastro que nós temos constatado.

Então, gostaria de solicitar aos representantes e à representante dos bancos que aqui estão se nós poderíamos ter representantes das instituições, para que nós pudéssemos fazer um desdobramento desta reunião e nós pudéssemos nos sentar com esse objetivo. Nós queremos discutir quais são as possibilidades, como podemos avançar e o que pode ser feito.

Eu sei que vários bancos chegaram a condicionar a liberação do crédito à proteção do meio ambiente, a liberação do crédito à não existência do trabalho infantil, à não existência do desmatamento, a uma série de aspectos que seriam importantes. Como nós podemos aprimorar o foco muito centrado nos direitos das crianças e adolescentes, particularmente das crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, também muito focado nas grandes obras?

Então, com esse recorte das grandes obras, nós também vamos excluir os grandes eventos, mas eles têm diferenças. Também vamos discutir as fronteiras, que também têm diferenças, mais especificamente com relação a isso.

Então, gostaria apenas de saber se nós podemos contar com uma representação, uma pessoa que vocês possam nos indicar, que possa trabalhar, ligada à área de responsabilidade social, talvez — não sei, vocês que avaliam isso —, e que a gente possa contar com o funcionamento de um grupo de trabalho focado nessa discussão de elaboração dos financiamentos.

Penso eu — e eu encerro com isso — que isso é de interesse absoluto do próprio Governo e das instituições também. Eu sei o que representam essas



instituições. Elas têm o poder de se entranhar dentro da gente, e a gente as carrega e elas fazem parte. As pessoas falam do Banco. O Banco é o Banco do Brasil, mas é o Banco. O Banco se supõe que seja o Banco do Brasil, porque representa isso, ou falam da Caixa, ou falam do próprio BNDES. Mas o Banco do Brasil e a Caixa são instituições centenárias. E falam com uma proximidade de quem entrou nas nossas próprias vidas, nas nossas próprias casas e no nosso próprio imaginário. Sei da intenção, então, das direções dessas instituições.

E se nós poderíamos, então, contar que vocês pudessem, na semana que entra, indicar esses representantes. A gente faria algumas reuniões. Não é um grupo permanente. A Comissão é temporária também. A CPI não é eterna, não é permanente, ela vai se concluir. E a gente tiraria um prazo de 60, 90 dias, enfim, um prazo estabelecido, que a gente poderia discutir depois, para que nós pudssemos trabalhar numa proposta a ser pensada, discutida, pelo menos num rascunho, numa minuta. Enfim, nós sabemos que essa discussão tem um ineditismo, e o ineditismo sempre nos coloca desafios que não podem ser previstos.

Mas eu gostaria só que vocês pudessem dizer o que pensam sobre isso, se estão de acordo ou não, para que nós pudssemos trabalhar numa coisa e pudssemos ter uma proposta mais concreta e mais compartilhada de quem está diretamente envolvido no projeto de desenvolvimento do Brasil, que passa pelas grandes obras.

**A SRA. ANA CHRISTINA MORENO MAIA BARBOSA** - Bom, eu estou com o microfone, eu vou falar primeiro. Depois eu o passo para os colegas.

Sim, o BNDES está à disposição para poder indicar uma pessoa para o grupo de trabalho. E até como sugestão, caminhando na linha de a gente poder trabalhar em parceria com os territórios e com outros agentes, eu pergunto também se não é o caso de convidar — eu não sei se já faz parte, a senhora me desculpe, eu não conheço todos os integrantes do trabalho — os órgãos, os Conselhos de Direito para a gente poder ouvir. Eu acho que as instituições financeiras vão poder contribuir.

A gente tem experiência, a gente tem a vivência de ver os projetos, o que funcionou, quais são as dificuldades. Inclusive, o Brasil são vários. A gente tem o Brasil do Norte, do Nordeste, do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste. A gente encontra realidades diferentes e, às vezes, não é uma solução única. Mas eu acho que uma



mobilização e uma base mínima para todos seriam muito interessantes. O BNDES pode indicar uma pessoa e contribuir.

Eu acho que seria uma coisa mais rica a gente ouvir também quem está na ponta, que vivencia os problemas e pode trazer algumas soluções. Às vezes, a gente tem uma boa ideia, e não é uma boa ideia, porque está descolada ali daquela realidade etc.

Então, a minha contribuição e sugestão também.

**O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO** - Bem, sem dúvida que a resposta é sim. A Caixa também está disposta a contribuir. Estamos aqui à total disposição, pelo tempo que for necessário. Indicaremos alguém.

E me permitiria fazer uma sugestão, Deputada, lembrando que nós, bancos, na verdade, somos operadores de uma política pública. Acho que nós temos toda a possibilidade de contribuir com o olhar de quem opera na ponta. Apenas sugiro uma reflexão: se não seria conveniente nós trazermos alguém de alguma instância governamental que pudesse orientar, aí talvez de forma centralizada, a Explanada inteira, que é quem formula as políticas, quem estabelece os programas que nós operamos.

Se hoje nós temos algumas obrigadoriedades de investimento agregadas ao investimento de infraestrutura, principalmente ambiental — a senhora lembrou bem —, a gente está mais familiarizado com isso, e é um tema que nós já dominamos há mais tempo. As questões sociais, de certa forma, mereceram uma atenção há pouco tempo, tanto é que os investimentos em mitigação de efeitos sociais é uma coisa mais recente. Nós precisamos evoluir e amadurecer isso rapidamente para chegar ao ponto que nós entendemos razoável. Então, eu sugeriria isso. Talvez alguém no Ministério do Planejamento, eu não saberia indicar, mas eu acho que seria mais proveitoso, tanto quem formula a política quanto nós que operamos e conhecemos.

**O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** - Certamente, Deputada, será uma honra participar desse processo, que é um processo de construção coletiva. Comentamos aqui que a solução é uma solução compartilhada, é uma solução em que os diversos atores devem estar presentes, dialogando e buscando soluções em conjunto.



Também concordo plenamente com o que foi colocado. Mesmo até na questão ambiental, em que a gente está avançado, ainda há muita deficiência de informações que permitam a tomada de decisão adequada, o adequado acompanhamento. Então, será muito oportuna a presença de representantes também do Governo, também dos conselhos para que a gente possa buscar construir proposições, propostas que sejam efetivamente aplicáveis no caso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu acho que as sugestões são boas sugestões. Que nós tenhamos os órgãos de defesa de direitos. Acho que são importantes os bancos, obviamente, e o Planejamento. A Secretaria de Direitos Humanos, acho, tem uma discussão sobre isso, está tentando elaborar alguns protocolos nessa perspectiva. Pelo menos essas duas, a Presidência da República, talvez. A Secretaria da Presidência da República tem feito o diálogo com os movimentos sociais. Mas que nós pudéssemos tê-los aqui.

E há outra discussão. Essa representação dos bancos possibilita também acompanhar as outras reuniões que nós vamos fazer aqui. Porque nós vamos, na semana que vem, falar com uma menina que foi uma vítima da exploração sexual, encontrada pela Polícia Federal. Então, ela vai estar aqui, a mãe dela também, para um pouco dizer qual é a situação, para resgatar a condição de sujeito, porque ela é um pouco rompida. A violação de direitos rompe a condição de sujeito.

E aí seria importante que nós pudéssemos trabalhar aqui com esse grupo, com relação ao impacto das grandes obras, com essas sugestões, e realizando também uma audiência pública sobre isso, para que a gente pudesse colher todas essas discussões.

Mas o que eu penso da representação dos bancos é para ter um nível de acompanhamento dos próprios trabalhos da CPI, nessa temática. Dos grandes eventos também, mas os grandes eventos não têm essa permanência, eles são urbanos em geral, os grandes eventos são urbanos. Ao serem urbanos, eles não têm tanto impacto na formatação da população como tem uma obra em Altamira — a gente viu isso aí no dia de ontem —, que tinha uma população que foi quase triplicada. Em um período de poucos meses, ela foi triplicada, com uma inflação de demanda muito grande, é óbvio, porque você tem trabalhadores, 20 mil, 22 mil, 25



mil remunerados no meio do nada, sem estrutura nenhuma, desvinculados das suas relações atávicas, enfim.

Então, eu sugeria, se estão de acordo, que possam indicar. E nós estamos acatando que desse grupo nós tenhamos... Vamos solicitar uma representação do Ministério do Planejamento, da Secretaria de Direitos Humanos, penso que seria importante, e dos órgãos de defesa e particularmente o Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual, que tem vários estudos acadêmicos, várias academias, particularmente nas que conviveram de forma mais próxima, como Rondônia, enfim, universidades que também elaboraram, e a gente tentar fazer um grupo para trabalhar com isso. Acho que a gente caminha bem se trabalharmos assim.

Mas, enfim, eu queria encerrar aqui registrando a presença do nosso titular e mestre Luiz Couto. Registro a presença do nosso Deputado Luiz Couto. Agradeço a presença ao José Carlos Medaglia Filho, Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa Econômica, do Wagner de Siqueira Pinto, Gerente Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil, da Ana Christina Moreno Maia Barbosa, Chefe do Departamento de Políticas de Articulação e Sustentabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento — BNDES.

Nós ficamos no aguardo de que vocês possam, até a próxima semana, encaminhar os nomes dos representantes. Nós vamos também solicitar — ouviu, Francisco? — uma representação do Planejamento e da Secretaria de Direitos Humanos e também da Secretaria da Presidência da República, das entidades de defesa de direitos.

Então, não havendo mais nada a tratar, agradeço imensamente a presença a todas e a todos. Convoco reunião para o próximo dia 9 de abril, próxima terça-feira, às 14h 30min, neste Plenário 12, para que possamos tomar o depoimento da Sra. Maribel Correa Chenet e de sua filha adolescente, que foi explorada sexualmente numa boate no Município de Altamira, no Estado do Pará, próxima ao canteiro de obras da Usina de Belo Monte.



Então, portanto, convocando essa reunião, mais vez, agradeço imensamente a colaboração e a disposição do José Carlos Medaglia, do Wagner de Siqueira Pinto e da Ana Christina Moreno Maia Barbosa e a presença de todas e todos.

Declaro encerrada a presente reunião com a finalidade de audiência pública.